**GRUPO AD HOC OEA MERCOSUL (GAH OEA)**

**COMITÊ TÉCNICO Nº 2 – “ASSUNTOS ADUANEIROS E FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO” DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL**

**AJUDA MEMÓRIA**

**ATA 03/2025**

No dia 5 de agosto de 2025, foi realizada uma reunião por videoconferência entre os Coordenadores do **Grupo Ad-Hoc OEA MERCOSUL (GAH-OEA),** com a participação das delegações da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A lista de participantes consta no **Anexo I.**

A pauta da reunião consta no **Anexo II.**

Durante a reunião, as delegações trataram dos seguintes temas:

**1. Situação dos Programas OEA do Mercosul – atualização geral sobre o estado dos programas nos países membros.**

Quanto ao estado atual dos respectivos programas OEA, as delegações informaram as seguintes atualizações.

A Delegação Brasileira informou que está reformulando seu Programa OEA com o objetivo de ampliar a agilidade e a eficiência no processo de validação, por meio da automatização de etapas e da realização de testes com uso de inteligência artificial. Além disso, está promovendo uma reestruturação em sua equipe de trabalho, destacando-se a mudança na Gerência de Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM), que passou a ser conduzida por Mark Tollemache, em substituição a Kelly Cristina Silva Morgero. Mark, atualmente, também exerce a função de Coordenador do SCTCOF.

O objetivo dessa mudança é justamente aproximar a GAH OEA das operações de fronteira, promovendo a implementação efetiva de benefícios aos operadores OEA nas regiões fronteiriças com apoio do SCTCOF.

Adicionalmente, a Delegação Brasileira comunicou que, após a finalização da greve dos servidores da Receita Federal, as atividades do Programa OEA foram retomadas e o objetivo é reduzir o passivo de validações acumuladas. Informou também que estão sendo desenvolvidas inovações tecnológicas, incluindo o uso de inteligência artificial para análise dos questionários de autoavaliação, com o objetivo de agilizar o processo de validação e permitir maior foco nas auditorias presenciais.

A representante da Argentina informou que o país está atualmente em fase de regulamentação de um decreto destinado a incorporar as agências de controle transfronteiriço no processo de concessão de benefícios do Programa OEA.

A Representante do Paraguai destacou a visita a uma empresa líder exportadora que está em processo de certificação e possui certificação no Brasil. Informou que está reformulando o questionário de autoavaliação, atualizando procedimentos e unificando a aplicação dos critérios do SAFE Framework. O objetivo é agilizar os trâmites de certificação e ampliar os benefícios, especialmente nas fronteiras.

A Representante do Uruguai comunicou a incorporação de novos operadores certificados, incluindo empresas do setor frigorífico e exportadoras de grãos, e do setor automotivo (veículos leves e caminhões) em processo de certificação. Está em curso a ampliação do número de certificados e a retomada do comitê consultivo com o setor privado, com foco na identificação de benefícios relevantes e na integração de outros órgãos de controle ao Programa OEA.

O Representante da Bolívia informou que vem implementando um novo regulamento aprovado em 10 de dezembro de 2024. Com base em novas resoluções, o país retomou a emissão de certificações para operadores de comércio exterior que haviam apresentado solicitações anteriormente. Como novidade, foi destacado o desenvolvimento de um novo sistema informatizado exclusivo para o Programa OEA, com previsão de entrada em operação até o final de 2025, substituindo o sistema em uso desde 2015. A expectativa é de que aumente significativamente o número de operadores certificados, incluindo despachantes, importadores, consolidadores, empresas de courier e transportadoras internacionais. Além disso, foi aprovado em 30 de abril de 2025 um manual interno de procedimentos, com base no novo regulamento, que orienta as equipes técnicas na análise e certificação dos operadores, garantindo mais clareza, padronização e agilidade aos processos.

**2. Verificação da necessidade de atualização da matriz comparativa dos Programas OEA e do Marco SAFE da OMA**

Conforme deliberado na reunião de 11 de março de 2025, todas as delegações acordaram atualizar a matriz comparativa dos Programas OEA, considerando o tempo decorrido desde a assinatura do Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM). A iniciativa tem como objetivo promover o intercâmbio de boas práticas e assegurar a manutenção da compatibilidade entre os programas dos países do bloco. Ficou estabelecido que a nova versão da matriz deverá ser concluída antes da próxima reunião do grupo.

A Delegação Brasileira informou que encaminhou suas informações atualizadas em 24 de março de 2025 e solicitou esclarecimentos à Coordenação da Argentina quanto ao andamento do trabalho. Em resposta, a Coordenação Argentina indicou que não recebeu informações suficientes das demais aduanas e, por esse motivo, ainda não realizou a atualização. Reforçou, contudo, a importância de dar continuidade ao processo, conforme pactuado.

A Delegação do Uruguai também manifestou que está aguardando o envio consolidado dos dados para prosseguir com sua parte na atualização. Foi destacado que a nova versão da matriz poderá incorporar, além dos elementos previstos no Marco SAFE, outros critérios de segurança incorporados na versão de requisitos OEC para ser compartilhados como boas práticas entre as administrações.

As delegações acordaram em encaminhar suas informações atualizadas à Coordenação Brasileira até o final de setembro de 2025, para que a matriz comparativa possa ser consolidada e apresentada formalmente na próxima reunião do grupo.

**3. Atualização sobre o Intercâmbio de informações OEA – Projeto B-CONNECT.**

Em conformidade com o deliberado na reunião de 11 de março de 2025, as delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai iniciaram a implementação do Projeto B-CONNECT a partir de 1º de abril de 2025. O plano previa um período inicial de monitoramento por meio do envio de planilhas em formato Excel, utilizadas apenas como solução de contingência. A Bolívia, por sua vez, comprometeu-se a iniciar o envio das planilhas em abril, com previsão de migrar futuramente para o sistema eletrônico, após a conclusão da adequação de seus sistemas internos.

Contudo, até a presente data, o sistema B-CONNECT registrou o recebimento de transações apenas das delegações do Brasil, Paraguai e Uruguai. Não foram identificadas transações oriundas da Argentina, o que levou a Delegação Brasileira a propor um diagnóstico técnico para identificar possíveis entraves ou falhas de compatibilidade no envio por parte da Argentina. Também foi sugerida a possibilidade de uma reunião técnica específica, com a participação dos representantes das áreas de tecnologia e da SCT PAI, com o objetivo de alinhar procedimentos e garantir o correto funcionamento do sistema.

Em resposta, a Coordenação da Argentina informou que, até então, considerava que os dados estavam sendo transmitidos normalmente a todas as aduanas, mas reconheceu a necessidade de consultar sua equipe técnica para verificar eventuais falhas no envio ao Brasil. A Aduana do Uruguai confirmou que está emitindo dados, mas apontou a ocorrência de algumas dificuldades pontuais relacionadas ao recebimento por parte de outros países. A Delegação Paraguaia afirmou que as transmissões estão ocorrendo sem qualquer problema técnico identificado até o momento.

Além disso, foi sugerida a criação de relatórios periódicos mais completos para monitoramento do intercâmbio, com informações detalhadas sobre o volume, frequência, consistência e integridade dos dados transmitidos, respeitando os critérios de segurança e sigilo. As delegações concordaram com a importância da proposta e a necessidade de fortalecer os mecanismos de verificação para assegurar a efetividade do Projeto B-CONNECT.

**4. Projetos-piloto para implementação de benefícios aos OEA nas Áreas de Controle Integrado (ACI).**

Na reunião de 11 de março de 2025, as delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram selecionar um ponto de fronteira por país para iniciar projetos-piloto de implementação dos benefícios previstos no Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) nas Áreas de Controle Integrado (ACI).O Brasil propôs, adicionalmente, a inclusão de transportadores certificados OEA nos projetos. A Bolívia informou que avaliaria sua participação após finalizar sua reorganização interna e retomada plena de suas atividades no âmbito do Mercosul. As delegações concordaram que os projetos devem seguir cronogramas bilaterais e os avanços serão reportados periodicamente ao grupo.

Em seguimento à deliberação anterior, os representantes do GAH OEA do Brasil e do Paraguai, em conjunto com suas coordenações no SCTCOF, propuseram a implementação de um projeto-piloto na ACI Foz do Iguaçu–Ciudaddel Este. A proposta baseia-se em manifestações favoráveis do setor privado, que identificou como altamente relevante a entrada preferencial de operadores OEA nos recintos alfandegados.

Segundo os relatos realizada na última Reunião Bilateral Brasil-Paraguai do SCTCOF na ACI Foz do Iguaçu–Ciudaddel Este, operadores OEA conseguem acessar o recinto e concluir os procedimentos no mesmo dia, enquanto os demais enfrentam filas de até três dias, o que se configura como forte incentivo à certificação. Brasil e Paraguai concordaram em realizar levantamento conjunto de benefícios adicionais possíveis de implementação, respeitando os limites legais de cada país, e divulgar esses avanços junto aos operadores para fomentar a adesão ao programa.

No caso da fronteira Brasil-Uruguai, os representantes do GAH OEA propuseram iniciar o projeto-piloto na ACI Jaguarão–Rio Branco, onde a empresa Multilog, administradora do recinto, já implementa práticas voltadas ao tratamento diferenciado de operadores OEA. Embora o benefício de entrada preferencial tenha impacto mais limitado nesse ponto de fronteira (devido à menor fila), foram identificadas oportunidades de testar outros tipos de benefícios, como prioridade na inspeção física e maior agilidade na apresentação documental. A Delegação Brasileira aguarda o envio de um relatório técnico por parte da associação local de operadores, que detalhará os benefícios desejados.

Com relação à fronteira Brasil–Argentina, a Delegação Brasileira convidou a Argentina a estabelecer um projeto-piloto conjunto e sugeriu a ACI Dionísio Cerqueira–Bernardo de Irigoyen como ponto inicial, em razão das restrições operacionais atualmente enfrentadas em outras ACIs. A Coordenação Argentina indicou que, no momento, não há operadores OEA argentinos que utilizem essa passagem, mas comprometeu-se a acompanhar a iniciativa como observadora e apoiadora técnica. Ficou acordado que a definição de um ponto mais viável será discutida em reunião bilateral específica. Também foi destacada a possibilidade de coordenação com o SCTCOF para alinhar os projetos-piloto às ações de integração já em curso nas cabeceiras de fronteira do Brasil-Argentina.

Por fim, a Delegação Brasileira informou que está prevista para 4 de setembro de 2025 uma reunião presencial com a Delegação Boliviana em Corumbá (BR) e Puerto Suárez (BO), oportunidade na qual será feita uma visita técnica conjunta. O objetivo é também iniciar o diálogo sobre a implementação de benefícios OEA naquela fronteira, com participação do setor privado local. A Bolívia manifestou interesse na iniciativa e informou que consultará seus supervisores técnicos e autoridades competentes para avaliar a viabilidade da participação no encontro e nos projetos em desenvolvimento.

**5. Demais Temas**

Sem nenhum tema adicional, deu-se por encerrada a reunião.